

## **Bolés, a cultura e a mentalidade do século XVI no processo de colonização da América portuguesa**

Jorge Luiz de Oliveira Costa<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente texto tem como intuito expor os resultados parciais de nossa pesquisa acerca de Jean Cointa, o senhor de Bolés, que junto com seus compatriotas franceses, desrespeitaram as imposições do Tratado de Tordesilhas e ocuparam a Ilha de Villegagnon na Guanabara, no intuito de fundar a França Antártica, possível tentativa através da fragmentação da população portuguesa e os engenhos, devido a hostilidade dos nativos. Através de Bolés, tentaremos expor o que compreendemos sobre as situações históricas e a mescla de culturas que propiciaram as características do pensamento, as compreensões políticas e religiosas que influenciaram e marcaram as mentalidades do século XVI, paralelo as implicações do termo e o processo de colonização.

Palavras-Chave: João de Bolés; Situações Históricas; Cultura e Mentalidades; Processo de colonização.

### **Bolés, the culture and the mentality of the sixteenth century in the process of colonization of Portuguese America**

### ABSTRACT

The present text intends to expose the partial results of our research on Jean Cointa, the Lord of Bolés, who together with his French compatriots, disregarded the impositions of the Treaty of Tordesilhas and occupied the Island of Villegagnon in Guanabara, in order to found France Antarctica, possible attempt through the fragmentation of the Portuguese population and the engenhos, due to the hostility of the natives. Through Bolés, we will try to explain what we understand about the historical situations and the mixture of cultures that provided the characteristics of thought, political and religious understandings that influenced and marked the mentalities of the sixteenth century, parallel to the implications of the term and the process of colonization .

Keywords: João de Bolés; Historical Situations; Culture and Mentalities; Process of colonization.

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História – Linha de Cultura, Historiografia e Patrimônio - da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” Unesp/Assis-SP; Email do autor: [jltrast@hotmail.com](mailto:jltrast@hotmail.com); Orientador: Milton Carlos Costa.

## Introdução

A colonização portuguesa na história da América é, ao mesmo tempo, história da América - ou pré-história do Brasil -, história dos Índios e história de Portugal. É preciso perceber este fato histórico como parte de um processo maior, global. Vários nobres, o próprio rei da França, Henrique II, e até João Calvino - com a idéia de transformar a França Antártica numa colônia protestante para o caso de exílio - contribuíram para realização da França Antártica, visando aumento comercial e o fluxo de mercadorias de sua metrópole, a França.

O século XVI tem uma história repleta de eventos influentes e personagens marcantes, dos Grandes Descobrimientos à Reforma Protestante, de Leonardo da Vinci e Michelangelo a Shakespeare, Martinho Lutero, Rebelais e o próprio Bolés.

Sobre Jean Cointha, o senhor de Bolés, apesar de sua importância, poucos são os historiadores que ousam mergulhar nestas águas profundas, num período ao mesmo tempo tão longínquo e tão presente de nossa história. As razões para isso em geral giram em torno do problema das fontes. Essa é uma questão que se repete para outros objetos do período colonial, o que faz desta fase a menos conhecida de nossa história, pese seu caráter fundante.

O presente texto tem como intuito expor os resultados parciais de nossa pesquisa acerca do objeto, Jean Cointa, o senhor de Bolés, tentando expor também o que compreendemos sobre as situações históricas e a mescla de culturas que propiciaram as características do pensamento, as compreensões políticas e religiosas que marcaram as mentalidades do século XVI, as implicações do termo e o processo de colonização.

## Desenvolvimento

A ocupação do Brasil é apenas um episódio que compõe um processo mais amplo e já conhecido: a expansão marítima. Isso significa que os impulsos iniciais do processo de colonização se explicariam pelo desejo da expansão da empresa européia dentro da lógica mercantilista que se consolidava naquele momento da Idade Moderna. Nas palavras de Caio Prado Júnior<sup>2</sup>, não se tratou apenas de um projeto específico de desbravamento do mar, do espírito aventureiro português, mas,

---

<sup>2</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2008, p. 17.

além disso, tratava-se de buscar alternativas para ampliar o comércio que tinha como entraves questões de ordem política e econômica, também internas ao continente, a exemplo dos árabes que dominavam o comércio de especiarias (PRADO JÚNIOR, 2008, p.17).

Refletindo a interpretação de Fernando Novais<sup>3</sup>, a expansão européia dos séculos XV e XVI não é apenas uma expansão comercial, econômica ou material, ela é também uma expansão cultural, considerando que é impossível entender os povos ou um único personagem deste período, insistindo apenas em uma determinação exclusivamente econômica desse movimento expansionista europeu (NOVAIS, 1979).

A expansão cultural, que tem na religião uma das suas funções mais fortes, mais eloquentes, moveu agentes sociais, determinou comportamentos coletivos e imprimiu suas marcas sobre todos os quadrantes da vida social na formação do Brasil que vivemos hoje. A expansão material e cultural da Europa dos séculos XV e XVI envolve o continente americano, conferindo um protagonismo não exclusivo aos portugueses, pois o mandato da Coroa sobre o território abrangido pela *Costa do Pau-Brasil* decorria do tratado de Tordesilhas, que não foi, porém, reconhecido pelos reis da França.

Serge Berstein esclarece que uma cultura política pode se tornar dominante às demais, porém, não anula os valores ou a existência das outras culturas (BERSTEIN, 2001, p.25)<sup>4</sup>; através deste esclarecimento se enaltece o contexto já citado acima, compreendido a partir da expansão marítima européia, especificando a colonização da terra Pindorama<sup>5</sup>, em que os portugueses impuseram sua cultura, já que consideravam as demais culturas do território inferiores. E o fizeram especialmente através das missões religiosas, através dos jesuítas, que diferentemente dos demais colonos, sabiam entender-se com os nativos. A

---

<sup>3</sup> NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777 - 1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

<sup>4</sup> BERSTEIN, Serge. **A cultura política**. In: RIOUX, Jean-Pierre. & SIRINELLI, Jean-François. (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1988. In: DUTRA, Eliana de Freitas. **História e culturas políticas: definições, usos, genealogias**. Varia História. Belo Horizonte, UFMG, n.28, 2001, p.25.

<sup>5</sup> Terra das Palmeiras; derivado do Tupy-Guarani, seria o nome pelo qual os nativos chamavam as terras brasileiras antes do descobrimento pelas naus portuguesas comandadas por Pedro Álvares Cabral.

tendência de absolutizar a determinação cultural dos fenômenos políticos incorre numa espécie de reducionismo culturalista que empobrece a análise, desprezando outros fatores de motivação da ação humana. Como se o mundo das ideias pairasse acima e fora da dinâmica social.

Considerando esta premissa, nas palavras de Néspoli, as culturas políticas evoluem na história em função de determinadas conjunturas e também devido à influência de outras culturas políticas, tal como nas terras da América portuguesa, podendo, nos seus vários movimentos, declinar quando deixam de responder às aspirações da sociedade, da mesma maneira como podem crescer quando respondem a problemas específicos e fundamentais da vida pública (NÉSPOLI, 2015, p.361-376)<sup>6</sup>.

É possível dizer que a formação da sociedade brasileira não era um fim, um objetivo propriamente dito, como diferentemente ocorreu nas chamadas colônias de povoamento tão presentes na América Inglesa. Mais como consequência do que como alvo, a formação do Brasil enquanto nação se deu por um processo histórico bastante peculiar, com desdobramentos significativos para a constituição do país enquanto nação. Caio Prado Júnior afirma que todo o povo tem na sua evolução um certo sentido, o qual não se dá pelos pormenores da história, mas fundamentalmente ao analisarmos o conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais da história num largo período de tempo (PRADO JÚNIOR, 2008, p.19)<sup>7</sup>. Ainda segundo Prado Júnior, há uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos, que se sucedem em ordem rigorosa, dirigida para determinada orientação. Tais acontecimentos históricos são partes de um todo, fato que nos permitiria compreender a especificidade de um povo, de uma nação, de uma sociedade.

É válido reiterar que a cultura determina o desenrolar dos acontecimentos. E como tudo neste período e contexto – o século XVI na colonização da América portuguesa - tem sido explicado pela influência dos fatores culturais, a política não poderia ser exceção. Entre tantos pontos a se analisar o termo *colonização*, iniciamos com a reflexão de uma situação muito comum na prática de se escrever sobre este período: tratamos, a princípio, sobre o fenômeno do *anacronismo*, que é percebido na colonização da América a partir do termo *descoberta do Brasil*, de que

---

<sup>6</sup> NÉSPOLI, José Henrique Songolano. **Cultura política, história política e historiografia**. História e Cultura, Franca: v.4, n.1, p.361-376, mar. 2015.

<sup>7</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2008, p. 19.

a viagem de Cabral é a *viagem do descobrimento*, considerando que os objetivos eram outros. A colonização, a partir deste ponto de vista, era tida como algo destinado a criar uma nação<sup>8</sup>, tal qual estabilidade como Estado Nacional se deu apenas no século XIX.

E como contar a história do Brasil, sua colonização e as transformações até os dias atuais, sem considerar a participação dos nativos da América portuguesa? É preciso narrar o que se consegue comprovar a partir das fontes, mas também é preciso considerar que os povos indígenas – nativos do Pindorama - acreditam em mitos e o mito é atemporal, em ciclos, em que o fato já aconteceu, está acontecendo e continuará. Segundo o que distingue o discurso mítico do discurso do historiador é a temporalidade.<sup>9</sup>

As primeiras impressões causadas pelos nativos foram muito favoráveis para as ações dos portugueses. Pero Vaz de Caminha descreve:

Parece-me que são pessoas de tanta inocência que, se pudéssemos compreendê-los e eles a nós, em breve tornar-se-iam cristãos porque não parecem ter ou compreender nenhuma forma de religião [...] Porque é certo que esta gente é boa e de simplicidade pura e que pode facilmente gravar-se neles qualquer crença que se lhes deseje dar. E, ademais, nosso senhor lhes deu belos corpos e boas caras como a homens bons, e se Ele nos trouxe aqui, creio, não foi sem propósito [...] havia entre eles três ou quatro raparigas muito novas e muito belas, com cabelo muito preto, comprido, sobre os ombros, e com suas partes íntimas tão altas, fechadas e desprovidas de pêlo que não sentíamos vergonha nenhuma em fixá-las [...] uma das raparigas estava toda pintada da cabeça aos pés com aquela tinta [preto azulada], e era tão bem feita e torneada e a sua ausência de vergonha era tão encantadora que muitas mulheres da nossa terra, se vissem tais atrativos, sentir-se-iam envergonhadas por os seus não serem como os dela<sup>10</sup>.

Testemunha ocular desse encontro idílico, Caminha os descreve ao rei Dom Manuel como inocentes filhos da natureza, tal qual Adão e Eva no Jardim do Éden

---

<sup>8</sup> O conceito de *nação*, segundo Benedict Anderson, em *Comunidades Imaginadas*, é um povo, uma comunidade humana fixada em um mesmo território, cujos membros estão ligados por laços históricos, étnicos, linguísticos e culturais. Adam Smith, em *A Riqueza das Nações* de 1776, afirma que a principal vinculação do termo *nação* era com Estado e que este legitimava o poder do povo.

\_\_\_ ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_ SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

<sup>9</sup> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. [et al.] – Campinas-SP, Editora da UNICAMP, 1990.

<sup>10</sup> CAMINHA, Pero Vaz. **Carta a El-Rei D. Manuel, Dominus**. A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. NUPILL. Universidade Federal de Santa Catarina. 2003.

antes do pecado original. O estereótipo do nativo da terra Pindorama como filho da natureza no estado mais puro foi logo substituído pela convicção portuguesa de que era um selvagem sem fé, sem rei e sem lei. Em 1549, segundo Charles R. Boxer, o rei enviou um governador-geral com o propósito de fundar uma capitania nova, situada no centro, na Bahia, diretamente administrada pela Coroa; e em sua companhia, viajaram alguns missionários jesuítas, encarregados de educar e reformar os colonos e, principalmente, converter os ameríndios (BOXER, 2002, p.101)<sup>11</sup>.

Conta-se uma ficção como se fosse realidade e a historiografia da expansão marítima europeia e as consequentes colonizações passam a ser a história que o sistema dominante quer que tenha sido, não a história que aconteceu: a história torna-se estória<sup>12</sup>. Tais afirmações justificam-se pelos documentos considerados principais fontes para análise deste acontecimento, tal como a carta de Pero Vaz de Caminha<sup>13</sup>, o quadro que retrata a primeira missa<sup>14</sup> do Brasil e as demais correspondências entre os jesuítas e os confiados representantes da coroa portuguesa.

Embora estes últimos parágrafos tentem abordar sobre o termo “Colonização”, neste texto, trataremos mais especificamente sobre o século XVI, e para isso, é preciso considerar que este século, nas terras do Pindorama, antes de ser adjetivado pelo termo colonização, também pode ser descrito como um século de experimentações e mudanças, que também não foge da temática entrelaçada – cultura política na história - e tal compreensão está assentada em três contextos que precisam ser pensados em sua especificidade, como implicando configurações

---

<sup>11</sup> BOXER, R. Charles. **O império marítimo português 1415-1825**. Tradução: Ana Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.101.

<sup>12</sup> Neologismo proposto por João Ribeiro - membro da Academia Brasileira de Letras - em 1919, para designar, no campo do folclore, a narrativa popular, o conto tradicional.

<sup>13</sup> CAMINHA, Pero Vaz. **Carta a El-Rei D. Manuel, Dominus**. A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. NUPILL. Universidade Federal de Santa Catarina. 2003.

<sup>14</sup> A primeira missa no Brasil foi celebrada por Henrique de Coimbra, frade e bispo português, no dia 26 de abril de 1500, um domingo, na praia da Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabralia, no litoral sul da Bahia. Tal missa foi descrita por Pero Vaz de Caminha na carta que enviou ao rei de Portugal, Dom Manuel I (1469-1521), dando conta da chegada a América, que a partir de então sofreria os domínios portugueses, pela armada de Pedro Álvares Cabral que se dirigia à Índia. Tal acontecimento foi registrado por Victor Meirelles de Lima, em 1860.

sociais distintas e logicamente separadas, chamadas por João Pacheco de Oliveira por Situações Históricas, pela qual:

a primeira situação histórica podemos chamar de *Regime das Feitorias*, designando, assim, uma economia cuja produção é primordialmente o Pau Brasil e está baseada no escambo [...] a relação entre colonizadores e colonizados não é dualista, mas está bipartida e inclui de fato quatro elementos: os portugueses, seus inimigos franceses, os indígenas que se aliam aos portugueses e os indígenas que se aliam aos franceses. [...] A segunda situação é a que podemos denominar por *Guerra de Conquista*. Os atores sociais são os mesmos, mas as relações já são bastante distintas. Portugal não quer mais ter puramente parceiros comerciais ou aliados, mas sim vassallos. [...] Trata-se não mais de propiciar um comércio lucrativo, mas de fundar uma colônia portuguesa na América Meridional, o que envolve o controle do território e povoamento [...] A terceira situação é a da *plantation* escravista do final do século XVI, voltada para exportação do açúcar e baseada na mão de obra africana, que se manterá como hegemônica por dois séculos (OLIVEIRA, 2014, p.205-210)<sup>15</sup>.

De início, segundo Boxer, os nativos não sabiam distinguir as duas nações européias rivais, mas por volta de 1530, já tinham aprendido a fazê-lo. Daí em diante as rivalidades intertribais foram agravadas por certos grupos, sobretudo os Tupinambás, que apoiavam os franceses, e por outros, principalmente os Tupiniquins, que se aliaram aos portugueses (BOXER, 2002, p.100)<sup>16</sup>. Após esta descrição dividida em três partes sobre o século XVI, compreende-se as estruturas que resultaram na formação da sociedade colonial, que teve, contemporânea a ameaça francesa, a própria hostilidade dos nativos, que fizeram com que a população portuguesa e os engenhos se fragmentassem, estimulando as ações dos franceses.

Para Rodrigo Patto Sá Mota,

as culturas políticas não devem ser encaradas como realidades estanques, como se estivessem encerradas em si mesmas e imunes ao contato com as outras, concorrentes na disputa pelo espaço público e pelo controle do espaço. Não são infensas à ação do tempo e, embora mantenham características básicas que lhes garantem a identidade, elas podem adaptar-se a mudanças experimentadas pela

---

<sup>15</sup> OLIVEIRA, João Pacheco. In: FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Brasil Colonial – Vol. 1 (ca. 1443 – ca. 1580)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p.205-210.

<sup>16</sup> BOXER, R. Charles. **O império marítimo português 1415-1825**. Tradução: Ana Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.100.

sociedades ao longo do tempo, que tornam determinados temas obsoletos e trazem à tona novos problemas (MOTTA, 2009, p.10)<sup>17</sup>.

Assim, embora Patto Sá Motta utilize este conceito para tratar dos séculos XIX e XX, segundo parte da historiografia, numa perspectiva de controlar o território da América portuguesa, em 1550, também um grupo de mercadores franceses celebrou uma enorme festa em homenagem ao rei Henrique II e sua rainha, Catarina de Médici. Um verdadeiro espetáculo. Meia centena de tupinambás fez uma simulação de guerra indígena para o deleite da corte. Havia papagaios, pau-brasil, entre outras especiarias, um pedaço do Novo Mundo transferido para a Normandia; e o rei que havia proibido viagens à América portuguesa mudou de ideia. Em 1551, segundo Mariz<sup>18</sup>, Henrique II enviou uma expedição cartográfica para mapear a costa; em 1554, Nicolas Durand, o Villegaignon, seguiu para o território Pindorama, onde aportou em Cabo Frio, numa viagem curta e discreta. Por intermédio do padre André Thevet, foi apresentado a um dos líderes indígenas mais temidos da região (MARIZ, 2008, p.51-76). Depois, voltou à França com a impressão de que, se decidisse instalar uma colônia por ali, seria bem vindo; e em uma audiência com Sua Majestade - Henrique II - apresentou seu projeto colonial: a França Antártica.

Refletindo a descrição de João Pacheco Oliveira, para dialogar com o contexto sobre os franceses e o nascimento da ideia da França Antártica, associamos a descrição do que seria um fenômeno evolutivo para Berstein, que descreve:

Uma cultura política surge em resposta a um problema da sociedade e vai se tornando mais complexa ao longo de um processo por vezes muito lento que lhe permite transformar-se, adaptar-se à evolução da própria sociedade. Ela só se torna verdadeiramente operacional quando suscita a adesão de grupos importantes da sociedade, após ter progredido nas mentes que pouco a pouco vão se habituando ao seu discurso, às soluções por ela propostas, e que acabam por interiorizá-la (BERSTEIN, 2009, p.39)<sup>19</sup>.

Observamos esse chamado *problema* por Berstein como a tentativa de controle, de colonizar, a partir da França Antártica, o território que, pelo Tratado de

---

<sup>17</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia**. In: **Culturas políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p.10.

<sup>18</sup> MARIZ, Vasco. Villegaignon: Herói ou Vilão? São Paulo. História, v.27, n.1. 2008, p. 51-76.

<sup>19</sup> BERSTEIN, Serge. **Culturas políticas e historiografia**. In: AZEVEDO, Cecília... [et al.]. (Org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p.39.

Tordesilhas, era, por direito, dos portugueses, fortalecido na aliança com parte dos nativos descrito na citação de João Pacheco Oliveira, da mesma forma que os colonos portugueses também tinham seus aliados, normalmente garantidos por barganhas.

Ainda de acordo com Berstein, o historiador deve saber que numa sociedade existem culturas políticas plurais, com raízes filosóficas distintas e concepções opostas de poder. E ainda em formação, tal como a terra Pindorama, a posteriori, América portuguesa se encontrava, observa-se esta pluralidade, quer no modo de colonos e jesuítas, em modos diferentes de se doutrinar os nativos, quer como os modos de se manifestar e tentar impor como superiores às doutrinas religiosas dos portugueses e depois dos franceses – católicos e reformados – sobre os costumes religiosos dos nativos e, depois, dos negros africanos.

A profunda divergência religiosa que agitava as entranhas da Itália, da França, da Espanha e de Portugal influenciava direta e indiretamente a realidade das suas respectivas colônias. Sendo assim, o Brasil, então colônia portuguesa, por influência das correntes religiosas lideradas por Martinho Lutero, João Calvino e, mais tarde, de Inácio de Loyola, dava seus primeiros passos rumo à chamada civilização, segundo os conceitos da Europa, em especial, o de sua metrópole, Portugal, que vivia no alvorecer do Renascentismo; uma realidade comum aos principais países europeus da época, em que todos os atos da vida humana, públicos e privados - como nascer, comer, trabalhar, casar, morrer e etc. - eram regidos pelo cristianismo. E no caso da então colônia portuguesa, não seria diferente, pois além da devoção observada dos colonos, a missão jesuítica se fazia presente e ativa. O predomínio de um determinado corpus de idéias em uma sociedade está ligado à existência de um determinado grupo dominante, que opera através do estado e de seus aparelhos privados de hegemonia. Neste sentido, contextualizando a América portuguesa do século XVI, a cultura política assume a forma de longa duração (BRAUDEL, 2011)<sup>20</sup>, não porque ela está enraizada no inconsciente da população, de forma naturalizada, mas porque resulta da ação contínua e cotidiana de uma série de organizações da

---

<sup>20</sup> BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais: a longa duração**. Trad. Flávia Nascimento. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogerio Forastieri da (Org.). **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

sociedade civil, no sentido de reafirmar um determinado conjunto de valores e concepções (NÉSPOLI, 2015, p.361-376)<sup>21</sup>.

Além da mentalidade possessória, que teve participação inclusive da Igreja, que, como já dito, moveu agentes sociais, determinou comportamentos coletivos e imprimiu suas marcas sobre todos os quadrantes da vida social, a colonização da América portuguesa no século XVI teve também a influência de homens de cultura europeia, em pleno Renascentismo, em que, no centro da sua transformação intelectual, encontra-se a passagem de uma mentalidade teocêntrica - que colocava Deus no centro da reflexão humana – a uma mentalidade antropocêntrica - que tinha o homem como centro do mundo. Esta proposta correspondia a um reconhecimento e a uma crença otimista nas capacidades e no valor do ser humano, contrapondo-se à visão medieval do mundo.

Os intelectuais renascentistas procuravam viver intensamente a vida terrena, com um grande desejo de fama e de glória, interessando-se cada vez mais por si próprios – tal qual o individualismo. Procuravam o modelo de *homem ideal*, que passava por uma educação completa de boa formação cívica, intelectual e física. Nessa formação era essencial o estudo do latim e do grego, para se poder ler as obras dos autores clássicos.

Para Carlo Ginzburg, é ao próprio conceito cultural que interessa investigar, sobretudo, as resistências do popular, as circularidades e metamorfoses culturais no limiar da época moderna (GINZBURG, 1987)<sup>22</sup>. Seu cenário privilegiado é o da resistência e domesticação – ou repressão – da cultura popular na longuíssima duração.

A cultura política está nas atividades, normas, crenças e costumes que definem um grupo de pessoas, tal como os grupos de nativos da terra Pindorama, os colonos portugueses e jesuítas que aqui chegaram ou mesmo os huguenotes e católicos franceses que tentaram a França Antártica e os sucessivos grupos que a partir destes se formaram. E se existem culturas e mentalidades diferentes ou derivadas

---

<sup>21</sup> NÉSPOLI, José Henrique Songolano. **Cultura política, história política e historiografia**. História e Cultura, Franca: v.4, n.1, p.361-376, mar. 2015.

<sup>22</sup> GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

nestes grupos, tal como o poder para Rodrigo Patto Sá Motta, são dignas de serem analisadas pelo historiador (MOTTA, 2009, p.13)<sup>23</sup>.

O século XVI tem uma história repleta de eventos influentes e personagens marcantes como homens do seu tempo, dos Grandes Descobrimentos à Reforma Protestante proposta por Martinho Lutero, de Leonardo da Vinci e Michelangelo a Shakespeare, da incredulidade de Rebelais às divergências religiosas provocadas por Jean Cointha, o senhor de Bolés na França Antártica. Cada um deles mereceu muitos estudos e gerou várias polêmicas e, embora a maioria destes nomes tivessem problemas com a Igreja, é inegável sua religiosidade.

Bolés, até poucos anos, não se sabia quem foi. João Capistrano Abreu<sup>24</sup> descreve que em Portugal, em 1900, o erudito Souza Viterbo, nos Annaes da Academia, apurava que Jean Cointha, autor de dois livros<sup>2526</sup> publicados em Lisboa, era o Bolés das crônicas de Jean de Léry (ABREU, 1976); descobria-se então o processo do polêmico Jean Cointha – aporuguesado João de Bolés – dos arquivos da Inquisição na América portuguesa e lançavam-se os primeiros lineamentos do perfil deste notável aventureiro.

Impossível pesquisar a documentação existente e a historiografia sobre Bolés sem lembrar do personagem objeto do livro de Carlo Ginzburg<sup>27</sup> – o Menóccchio –, de Rabelais, biografado por Abel Lefranc<sup>28</sup>, por Mikhail Bakhtin<sup>29</sup> e por Lucien Febvre<sup>30</sup>

<sup>23</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia**. In: **Culturas políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p.13.

<sup>24</sup> ABREU, João Capistrano de. **Ensaio e estudos (crítica e História)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

<sup>25</sup> COINTHA, Jean (João des Bolez). **Paradoxo ou Sentença Philosophica Contra a Opinião do Vulgo: Que a Natureza não faz o Homem se não o Vulgo**. Lixboa: Marcos Borges, 1566.

<sup>26</sup> COINTHA, Jean (João des Bolez). **Catholica e Religiosa Amoestação à Sujeitar, o Homem sem Entendimento à Obediência da Fé com breve & crara & douta exposição do Simbolo dos Apostolos, pelo Senhor des Bolez**. Lixboa: Marcos Borges, 1566.

<sup>27</sup> GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>28</sup> LEFRANC, Abel. **Conjecturas sobre a data de nascimento de Rabelais**. Revista de Estudos Rabelaisiennes, N ° VI 1908. P.265-270.

<sup>29</sup> BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais** [1965]. São Paulo, Hucitec/UnB, 1987.

<sup>30</sup> FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: A religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

e do próprio Martinho Lutero<sup>31</sup>, também biografado por Febvre; pois ambos eram contemporâneos e tinham em comum as percepções críticas e questionamentos que faziam sobre as mentalidades construídas sob as doutrinações da Igreja.

A bordo entre os tripulantes, fazia-se chamar Monsieur Hector um senhor que, natural de Boulez, jurisdição de Troyes, na França, em Champagne, diocese de Saintes, filho de Joauno Cointha e de Francisca Calfounges; seguindo o modelo de *homem ideal* da mentalidade contemporânea a ele, fazia-se conhecer como homem doutorado na Sorbonne, nas letras latinas, gregas e hebraicas, que dispunha de grande conhecimento das Sagradas Escrituras; era um erudito e se orgulhava dessa virtude. Por esses atributos, anos depois, questionado pela Inquisição do Santo Ofício, informa que, a convite de um primo, embarcou para o Rio de Janeiro numa armada de três navios para organizar os franceses chefiados por Villegagnon, em ordem de governança que haviam de ter na república entre si e para lhe fazer estatutos e leis, e que vivessem conforme o tempo e a disposição da terra (ABN, 1903-1904, p.215-308)<sup>32</sup>. Abreu descreve que Bolés de fato promulgou algumas leis para a organização dos colonos, mas seu papel de legislador sumia, ante o de teólogo, que logo se assume (ABREU, 1976)<sup>33</sup>.

A permanência de Jean Cointa, o Senhor de Bolês, no Fort Coligny, ilha localizada na Baía da Guanabara, que recebeu este nome para homenagear o padrinho de Villegaignon, durou pouco. Em 1541, Calvino escreveu o Tratado da Ceia, cujo texto provocaria vivas polêmicas na Europa, pois negava ele a presença divina na eucaristia. Naquele ano, segundo Léry (LÉRY, 1951)<sup>34</sup>, a páscoa caiu no dia 21, duas semanas depois da chegada da expedição de três embarcações, somando a um total aproximado de trezentos homens, entre mulheres e crianças.

Na ceia, segundo Jean de Léry, Villegaignon levantou-se e fez uma longa prece, então pegou o pão, dividiu-o e fez circular o vinho, dizendo que aqueles

---

<sup>31</sup> FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, Um Destino**. São Paulo. Três Estrelas, 2012.

<sup>32</sup> ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. v. 25. p. 215 -308.

<sup>33</sup> ABREU, João Capistrano de. **Ensaio e estudos (crítica e História)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

<sup>34</sup> LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Trad. Sérgio Millet segundo a edição de Paul Gaffarel. 2ª ed. Biblioteca Histórica Brasileira VII. São Paulo: Martins, 1951.

pedaços eram o corpo e o sangue do Cristo; e foi então que aconteceu a primeira discussão dogmática entre os franceses da Guanabara (LÉRY, 1951)<sup>35</sup>. Dogmáticos eram todos, porém, alguns destes viam no pão e vinho o sentido literal do corpo e sangue de Jesus e outros não toleravam ouvir citar qualquer coisa próxima a isso. Bolés, em uma ocasião, provoca e horroriza os reformados sugerindo que se misture água ao vinho para economizar; em outra, Nicolas Durand se contrapõe ao divórcio. Segundo Mariz, a vida na ilha, a partir de então, ficou intolerável; católicos, reformados e calvinistas já não compartilhavam dos mesmos momentos de união; Villegaignon proibiu celebrações e rituais religiosos (MARIZ, 2008, p.51-76)<sup>36</sup>. E, em julho de 1557, os huguenotes deixam o Forte Colingny, mudando-se para Henryville<sup>37</sup>, ao serem ameaçados e expulsos por Villegaignon. Assim, os colonos franceses huguenotes e Villegaignon passaram a divergir a propósito da idéia sobre a Santa Ceia – eucaristia -, dividindo o grupo em três: o de Cointha, o dos calvinistas e o do próprio Villegaignon.

Bolés, a um só tempo, letrado e guerreiro, logo se fazia reconhecer por herege.

[...] sentindo-se em situação difícil nas lutas que dilaceravam a colônia francesa, mudou-se para umas duas léguas da fortaleza, talvez para os lados da Gávea. Ali se conservou até saber que, por ordem de Villegaignon e acompanhados de alguns franceses, os índios iam tomar Bertioga e atacar São Vicente. Protestou contra este ato perante o chefe, pois, reinava paz e aliança entre as coroas da França e Portugal; e depois de ter visto malogrados seus esforços e desprezados seus argumentos, fingiu adotar a empresa, quis ir logo com os espias índios incumbidos de explorarem os terrenos, e, chegando às vizinhanças de Santo Amaro, passou com alguns companheiros em canoas de cortiça para os colonos portugueses, a quem avisou do que se tramava (ABREU, 1976, p.07)<sup>38</sup>.

<sup>35</sup> LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Trad. Sérgio Millet segundo a edição de Paul Gaffarel. 2ª ed. Biblioteca Histórica Brasileira VII. São Paulo: Martins, 1951.

<sup>36</sup> MARIZ, Vasco. **Villegaignon: Herói ou Vilão?** São Paulo. História, v.27, n.1, p.51-76, 2008.

<sup>37</sup> Que seria o primeiro aglomerado urbano europeu nas Américas, fundado pelos franceses comandados pelo almirante francês Nicolas Durand Villegaignon, em 1556, na altura da atual praia do Flamengo, mais precisamente na Foz do Rio Carioca.

\_\_BATISTA, André Luís Mansur. & MORAIS, Ronaldo. **Fragmentos do Rio Antigo**. Rio de Janeiro: Edital, 2014.

<sup>38</sup> ABREU, João Capistrano de. **Ensaio e estudos (crítica e História)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p.7.

Por não concordar com os conflitos, decide deixar a ilha e ir para São Vicente, onde passou a viver no aguardo por uma embarcação para retornar à França; mas, ao fim de sete meses, como essa tardasse, resolveu acompanhar os franceses e os índios ao ataque à Capitania de São Vicente. Chegando àquela capitania, Bolés abandonou as ordens francesas e indígenas, passando-se para o lado dos súditos do rei de Portugal e prevenindo-os do perigo que corriam. Com o apoio fornecido aos portugueses, Bolés conquista a admiração da população e a confiança de Mem de Sá e passa a viver livremente em São Vicente.

Após a expulsão dos franceses da Guanabara, Anchieta e Manuel da Nóbrega, preocupados com a popularidade de Bolés, instigaram o Governador Geral Mem de Sá a prender o refugiado huguenote, cuja popularidade crescia com a ajuda que dava aos portugueses na conquista do Fort Coligny e com sua inteligência, conversa fácil e sedutora.

Em uma carta escrita em 1560, Anchieta resalta a popularidade do francês: Este, que sabe bem a língua espanhola, começou logo a blasonar que era letrado e fidalgo, e com essa opinião, e com uma fácil e alegre conversação que tem, fazia espantar os homens para o estimarem (ANCHIETA, 2008, p.87)<sup>39</sup>. E assim, por indagar assuntos da fé e os modos de difusão das Sagradas Escrituras pela Igreja, se fez Bolés preso e questionado pela Inquisição do Santo Ofício.

Mediante a leitura nas pesquisas a respeito do tema deste texto, uma indagação surgiu comum aos demais pesquisadores deste personagem: a possível participação de Anchieta na execução de Bolés. De início, a descrição citada pela primeira vez por Simão de Vasconcelos<sup>40</sup>, que descreve a possível participação de Anchieta na execução de Bolés, até então, pareceu polêmica e interessante (VASCONCELOS, 1943). Não obstante, à medida que as pesquisas avançaram, outras versões passam a ser consideradas de tamanha importância, já que também tinham fundamentos de nexos.

A complexidade ou falha ao descrever Bolés por Jean de Léry, André Thevet e do Padre Simão de Vasconcelos proporcionou sugestões polêmicas sobre a vida e

---

<sup>39</sup> ANCHIETA, José de. Apud SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História de São Paulo Colonial**. São Paulo: Unesp, 2008. p.87.

<sup>40</sup> VASCONCELOS, Simão de. **Vida do Venerável Padre José de Anchieta**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

a morde de Jean Cointha, permitindo que se criasse uma história paralela, associando seu nome ao de um tal Jacques ou Tiago Leballeur - o herege da Guanabara.

Bolés, assim como Rabelais – de Abel L'efranc e de Lucien Febvre – era cristão, considerando que no século XVI, a palavra ateu não tinha sentido, pois, embora crítico a muitos aspectos da Igreja, fora moldado a partir de um instrumental intelectual que não permitia a descrença.

Assim como os que se arriscaram a pesquisar e escrever sobre Bolés, Ginzburg, ao perceber as dificuldades dos inquisidores em classificar parte do discurso herético de Menocchio, o historiador italiano viu-se diante de uma complexa rede de crenças populares imbricadas no discurso oficial da Igreja, produzindo o que dominou de circularidade cultural.

## Conclusão

A expansão ultramarina portuguesa foi, sem dúvidas, motivada por razões comerciais, e como já exemplificado acima, não foi somente uma expansão comercial, mas também cultural. O sentido religioso, empenhado, como nas cruzadas, em alargar o território dos fiéis ao Cristo, se transmutaria depois na idéia de missão, ora empenhada na salvação das almas.

Escrevendo a Dom Manuel I e referindo-se aos proveitos que poderiam resultar do descobrimento da terra Pindorama, de forma cristã, Pero Vaz de Caminha descreveu em primeiro lugar o que diz respeito à conquista dos nativos para a fé católica, ao citar em sua carta que o melhor fruto que dela - da terra Pindorama - se pode tirar, parecia ser salvar aquela gente e que tal deveria ser a principal semente que Vossa Alteza deveria nela lançar.

Para todo historiador, o anacronismo é o *pecado dos pecados*. Entretanto, o próprio Febvre reconhece que nenhum historiador pode escapar *daquele pecado*, tanto que, constata, cada época constrói mentalmente sua representação do passado, sua Roma e sua Atenas, sua Idade Média e seu Renascimento (FEBVRE,

2009, p.12)<sup>41</sup>. Colônia versus Metrópole é resultado, segundo Hespanha<sup>42</sup>, de uma interpretação ligada politicamente a um tempo histórico que serviu de protótipo para toda uma interpretação histórica, de certo modo anacrônica (HESPANHA, 1998, p.13). O que se percebe é que a escolha metodológica na qual se concebe a vivência colonial como resultado de um processo coercivo, não acomodaria conjuntamente a ideia de uma colônia que tinha por função exportar para desenvolver a metrópole (HESPANHA, 1998, p.13).

A França Antártica do século XVI possui uma característica que marca seu universo de fontes. As pendências e disputas religiosas, os personagens envolvidos em seu desenrolar foram homens de saber; e sobre estes, é preciso apontar que suas crônicas são conhecidas através de suas estampas que nos dão a imagem que, possivelmente, o europeu tinha do *Novo Mundo*. Segundo Mariz<sup>43</sup>, a repercussão da França Antártica no século XVI povoou a literatura europeia da época, criando inclusive versões romancizadas dessa aventura, como a do escritor francês Jean Christophe Rufin<sup>44</sup>, que, ainda nas palavras de Mariz, entre vários episódios sem fundamento, como bom francês, o escritor preferiu dar ao *traidor* João de Bolés, a nacionalidade italiana (MARIZ, 2008, p.51-76).

Para Aline Coutrot, a religião continua a manter relações com a política ampliando seu campo de intervenção e diversificando suas formas de ação de tal modo que o assunto ainda é de grande atualidade (COUTROT, 2003, p.335)<sup>45</sup>. Considerando esta premissa, a canonização de Anchieta pelo Papa Francisco em abril de 2014 possivelmente resulta da influência após sua visita ao Brasil em julho de 2013, já que ao longo da história percebe-se que resultados e conquistas são influenciados por acontecimentos em torno do poder do momento. Tal crítica se

---

<sup>41</sup> FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: A religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.12.

<sup>42</sup> HESPANHA, António Manuel. "Introdução". In: MATTOSO, José (Direção). **História de Portugal**. HESPANHA, A. M. (Coordenação). **O Antigo Regime**. (1620 – 1807). Vol. 4. Lisboa: Estampa, 1998. p.13.

<sup>43</sup> MARIZ, Vasco. **Villegagnon: Herói ou Vilão?** São Paulo: História, 2008. p.51-76.

<sup>44</sup> RUFIN, Jean-Christophe. **Rouge Brésil (Vermelho Brasil)**. Tradução de Adalgisa Campos da Silva. Gallimard, França: 2001.

<sup>45</sup> COUTROT, Aline. **Religião e Política**. In: RÉMOND, René (Org.). **Por Uma História Política**. Tradução de Dora Rocha. – 2º Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.335.

justifica na frase de Hannah Arendt<sup>46</sup>, que alega que *nada mais imprevisível que o passado - ainda que o mais recente - pois ele muda em função do partido de quem está no poder* (ARENDR, 1951, p.143).

João de Bolés conviveu no Brasil com as principais figuras do seu tempo, tais como Mem de Sá, Manuel da Nóbrega, Luis da Grã e José de Anchieta. Todos, quer pelos processos em que foi acusado de heresia, quer pela correspondência em que a ele se referem, relatam impressionados dois aspectos da vida de Cointha: a sua vasta cultura e a incorrigível tendência para polemizar a respeito de questões da fé.

Entre tantas versões, Jean de Léry, francês com tanto em comum com João de Bolés, deixa vago o seu posicionamento a respeito do seu polêmico fim; sua obra é referência ao descrever Bolés; porém, apenas descreve a sua participação na história do Forte Coligny - a França Antártica - justificada talvez pela expulsão dos franceses.

Segundo Capistrano de Abreu, Bolés teria permanecido por mais algum tempo em Portugal, onde editara dois livros, ambos aprovados pelos deputados do Santo Ofício (ABREU, 1998, p.30)<sup>47</sup>. Sabe-se, também, da versão de que viajara posteriormente para as Índias Orientais portuguesas, onde novamente se viu às voltas com o Tribunal da Inquisição de Goa, tendo sido condenado, desta vez, à morte na fogueira.

Em cada individualidade os dados, se coletados com precisão, podem ser extremamente ricos para o historiador, que em sua análise, pode reconstituir um espaço dos possíveis, levando em conta a pluralidade dos destinos particulares existentes. Menocchio, Rabelais, Bolés, embora fossem exceção, despertam no historiador inclinado aos estudos da história das mentalidades e do indivíduo questões a esclarecer - tais como os motivos que levaram exceções como estas a desprenderem-se da crença comum, pois, o historiador não é aquele que sabe, é aquele que procura (FEBVRE, 2009, p.30)<sup>48</sup>.

---

<sup>46</sup> ARENDR, Hannah. **ORIGENS DO TOTALITARISMO - Anti-semitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1951.

<sup>47</sup> ABREU, Capistrano de. **Ensaio e Estudos**. Rio de Janeiro: Ed. da Sociedade Capistrano de Abreu / Livraria Briguiet, 1938, p. 30.

<sup>48</sup> FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: A religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.30.

E como desprender-se da crença comum? Como não crer? Seria preciso razões para isso. Ora, qual é a estrutura mental destes homens? São extraordinariamente crédulos de uma *ávida credulidade*, desprovidos de todo espírito crítico. Para Febvre, tratando-se de uma época em que, contra uma religião com influências universais, os homens mais inteligentes, mais sábios e mais audaciosos eram realmente incapazes de encontrar um apoio, seja na filosofia, seja na ciência, falar de racionalismo e de livre pensamento é falar de uma quimera (FEVRE, 2009, p.23)<sup>49</sup>. E naquele tempo, a filosofia não dispunha das palavras que, para filosofar, não poderiam dispensar; carecia do apoio lógico de uma sintaxe rigorosa. A filosofia do século XVI não é mais que opiniões. Um caos de opiniões contraditórias e excitantes.

Concluimos este texto ressaltando que a cultura e as mentalidades estão nas atividades, normas, crenças e costumes que definem um grupo de pessoas, tal como os grupos de nativos da terra Pindorama, os colonos portugueses e jesuítas que aqui chegaram ou mesmo os huguenotes e católicos franceses que tentaram a França Antártica, os sucessivos grupos que a partir destes se formaram, e ainda os indivíduos que se destacaram, tais como o Menócchio, Rabelais, Martinho Lutero e o próprio Bolés - contemporâneos que tinham em comum as percepções críticas e questionamentos que faziam sobre as mentalidades construídas sob as doutrinações da Igreja. Se existem culturas e mentalidades diferentes ou derivadas nestes grupos, tal como o poder para Rodrigo Patto Sá Motta, são dignas de serem analisadas pelo historiador.

#### Bibliografia

ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. v. 25. p. 215 -308.

ABREU, João Capistrano de. **Ensaio e estudos (crítica e História)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ANCHIETA, José de. Apud SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História de São Paulo Colonial**. São Paulo: Unesp, 2008.

---

<sup>49</sup> FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: A religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.23.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, Hannah. **ORIGENS DO TOTALITARISMO - Anti-semitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1951.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais** [1965]. São Paulo, Hucitec/UnB, 1987.

BATISTA, André Luís Mansur. & MORAIS, Ronaldo. **Fragmentos do Rio Antigo**. Rio de Janeiro: Edital, 2014.

BERSTEIN, Serge. **A cultura política**. In: RIOUX, Jean-Pierre. & SIRINELLI, Jean-François. (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1988. In: DUTRA, Eliana de Freitas. **História e culturas políticas: definições, usos, genealogias**. Varia História. Belo Horizonte, UFMG, n.28, 2001.

BERSTEIN, Serge. **Culturas políticas e historiografia**. In: AZEVEDO, Cecília... [et al.]. (Org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009,

BOXER, R. Charles. **O império marítimo português 1415-1825**. Tradução: Ana Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais: a longa duração**. Trad. Flávia Nascimento. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogerio Forastieri da (Org.). **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

CAMINHA, Pero Vaz. **Carta a El-Rei D. Manuel, Dominus**. A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. NUPILL. Universidade Federal de Santa Catarina. 2003.

COINTHA, Jean (João des Bolez). **Paradoxo ou Sentença Philosophica Contra a Opinião do Vulgo: Que a Natureza não faz o Homem se não o Vulgo**. Lixboa: Marcos Borges, 1566.

COINTHA, Jean (João des Bolez). **Catholica e Religiosa Amoestação à Sujeitar, o Homem sem Entendimento à Obediência da Fé com breve & crara & douta exposição do Simbolo dos Apostolos, pelo Senhor des Bolez**. Lixboa: Marcos Borges, 1566.

COUTROT, Aline. **Religião e Política**. In: RÉMOND, René (Org.). **Por Uma História Política**. Tradução de Dora Rocha. – 2º Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, Um Destino**. São Paulo. Três Estrelas, 2012.

FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: A religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HESPANHA, António Manuel. "Introdução". In: MATTOSO, José (Direção). **História de Portugal**. HESPANHA, A. M. (Coordenação). **O Antigo Regime**. (1620 – 1807). Vol. 4. Lisboa: Estampa, 1998.

LEFRANC, Abel. **Conjecturas sobre a data de nascimento de Rabelais**. Revista de Estudos Rabelaisiennes, N° VI 1908.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. [et al.] – Campinas-SP, Editora da UNICAMP, 1990.

LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Trad. Sérgio Millet segundo a edição de Paul Gaffarel. 2ª ed. Biblioteca Histórica Brasileira VII. São Paulo: Martins, 1951.

MARIZ, Vasco. **Villegagnon: Herói ou Vilão?** São Paulo. História, v.27, n.1. 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia**. In: **Culturas políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009,

NÉSPOLI, José Henrique Songolano. **Cultura política, história política e historiografia**. História e Cultura, Franca: v.4, n.1, p.361-376, mar. 2015.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777 - 1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, João Pacheco. In: FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Brasil Colonial – Vol. 1 (ca. 1443 – ca. 1580)**. 1º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RUFIN, Jean-Christophe. **Rouge Brésil (Vermelho Brasil)**. Tradução de Adalgisa Campos da Silva. Gallimard, França: 2001.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VASCONCELOS, Simão de. **Vida do Venerável Padre José de Anchieta**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.